

LIPMAN, Matthew. **O pensar na educação**. Tradução de Ann Mary Fighiera Perpétuo. Petrópolis: Vozes, 1995, 402p.

Matthew Lipman, professor de Filosofia no State College, em Nova Jersey, Estados Unidos, é também fundador e diretor do “Institute for the advancement of Philosophy for children”. Iniciou, na década de 70, nos Estados Unidos, o programa “Filosofia para crianças” — o ensino de Filosofia nas escolas de 1º e 2º graus é defendido por ele como uma forma de oferecer às crianças e aos jovens a oportunidade de discutir conceitos universais e desenvolver um espírito crítico.

Na introdução, o autor parte de considerações sobre a universalidade da escola como instituição, de suas semelhanças, apesar das diferenças culturais e do pressuposto de que as crianças vão à escola para aprender a pensar e que “o fortalecimento do pensar na criança deveria ser a principal atividade das escolas”. (p.11).

A obra está dividida em quatro partes, subdivididas em quinze capítulos, seguidos de uma ampla conclusão.

A primeira parte — EDUCAR PARA PENSAR — comporta os itens: modelo reflexivo da prática educativa, aprendendo a pensar, amplitude do desempenho cognitivo, racionalidade e criatividade. Inicia sua argumentação comentando um fato freqüentemente observado: crianças que iniciam seu aprendizado são ativas, curiosas, inquisitivas e imaginativas, características estas preservadas por pouco tempo e gradualmente perdidas, até que se tornam passivas e desinteressadas. Apresenta, a seguir, a racionalidade como princípio de organização, não só da escola, como da educação das crianças, para o que se exige a reestruturação do processo educacional, sensibilidade para perceber a problemática, o aprendizado do diálogo e a autonomia no pensar. Obstáculos ao desenvolvimento do raciocínio devem ser transpostos para aperfeiçoar o pensamento de ordem superior, nos seus aspectos de julgar/pensar crítico e julgar/pensar criativo. Coloca-se, então, o problema: vale a pena ensinar a raciocinar? Sim, responde o autor, porque “a educação deve almejar produzir indivíduos raciocinantes, imparciais, críticos e criativos”. (p.141).

A segunda parte — BUSCA DE PADRÕES PARA O PENSAR EM SALA DE AULA — inicia a historicização do movimento e do pensar crítico, com seus devidos créditos, principalmente a DEWEY, que caracteriza o pensamento reflexivo (**How we think**) e defende a concepção da Filosofia como crítica (**Experience and nature**). Em seguida, analisa as conseqüências do pensar crítico, que são os julgamentos (soluções e decisões) e os seus fundamentos, que

são os critérios (normas ou princípios utilizados nos julgamentos), confiáveis enquanto estruturam e reforçam o pensamento e são fatores diretivos do pensar crítico. O que pode ser considerado um critério? Problematisa o autor e responde: “os critérios podem ser fatos, princípios, valores, regras, padrões, objetivos; prossegue a argumentação, aconselhando” a inclusão da Filosofia no currículo, para compreender a interpenetração (interdisciplinaridade) das matérias e estimular o pensar crítico na educação”. (p.209).

Este interrelacionamento é que será responsável por aquilo que o autor denomina “construir pontes entre as áreas do conhecimento, não mais consideradas pedaços de conhecimento que, como cubos de gelo, permanecem inertes e incapazes de interagir uns com os outros” (p.224).

As escolas ainda não se convenceram da necessidade de produzir uma educação mais reflexiva, apesar dos estudos dos especialistas, dos comitês de currículos escolares, das experiências educativas realizadas e das pressões familiares e sociais da comunidade. Mesmo admitindo que “a Filosofia na escola primária fornece um espaço que possibilita às crianças refletirem sobre seus valores e ações, oferecendo espaço no qual os valores são submetidos à crítica” (p.241), existem divergências quanto ao papel que a Filosofia desempenha na educação: é preciso superar obstáculos conceituais, obstáculos práticos, como também falsas suposições referentes ao ato de pensar.

A terceira parte — O ATO DE PENSAR — FORJA DO SIGNIFICADO — analisa o pensar criativo (o pensar analítico e o pensar intuitivo), a interação entre a descoberta e a invenção, abrindo caminhos com a generalização e ampliação, a função e o papel da imaginação na criatividade, a capacidade de pensar por si mesmo. O autor coloca, então, a seguinte problematização: como identificar os casos de criatividade? Utilizando critérios/padrões de flexibilidade, de fluência, de adequação, de intensidade, ou seja, uma configuração de relações da estrutura global da situação, que manifestam a riqueza e o brilho da experiência humana. Em seguida, propõe, para a operacionalização do pensar crítico, o uso de textos, histórias, narrativas, que revelem a realidade concreta aos alunos segundo três tipos de modelamento variáveis: os textos, os alunos e os professores como modelos.

A quarta parte — PENSAR EM COMUNIDADE — está toda estruturada na “investigação como prática exploratória, questionadora e autocrítica; a investigação é geralmente social ou pública em sua natureza, pois tem fundamento na língua, nas operações científicas, nas medidas, nos sistemas simbólicos, todos inquestionavelmente sociais” (p.331). Contudo, há algo de surpreendente e paradoxal em unir investigação (procura) e comunidade (estabilidade/tradição). O autor utiliza a comunidade de investigação para implementar as definições do pensar crítico e criativo. Abordando o discurso convencional, cita P. GRICE e

seus princípios (9) básicos de conversação, baseados nos critérios de quantidade (informações necessárias), qualidade (verdade), relação (pertinência), e modos de expor (clareza, brevidade e método). Referindo-se à arte da conversação, cita RUTH SAW, dizendo que a “conversa começa com perguntas e baseia-se numa participação racional entre indivíduos livres e iguais”(p.339). Quando a sala de aula é transformada em comunidade de investigação, isto significa que o diálogo, a comunicação, a descoberta, a afirmação, a conclusão, a inferência e a controvérsia, são todos regidos pela lógica do pensar. O último capítulo aborda o significado político da comunidade de investigação, porque o “pensar crítico melhora a capacidade de raciocínio e a democracia requer cidadãos raciocinantes para a sociedade democrática” (p.354).

A CONCLUSÃO reforça a necessidade da FILOSOFIA, que estimula o pensamento NAS disciplinas e ENTRE a disciplinas, ao afirmar textualmente “você não pode me ensinar a pensar por mim mesmo, porém você pode criar ambiente no qual eu possa descobrir como ensinar a mim mesmo a pensar por mim mesmo”. (p.377).

Maria Helena Grohmann Rodrigues de Paula

(Departamento de Filosofia)